

NORMAS E LEGISLAÇÃO NO CAMPO DO SERVIÇO PÚBLICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ÂMBITO DA GESTÃO DE PESSOAS NO ENSINO SUPERIOR

Júlia Araújo Gomes¹; Alexsandra Maria Sousa Silva²; Betania Moreira de Moraes Guerra³;
Matheus Alvesde Lima⁴; Emanuelle Ferreira Gomes Carneiro⁵
PPGFil, CENFLE, UVA; E-mail: professorajuliaag@gmail.com
Docente, Pedagogia, CENFLE, UVA; E-mail: alexsandramss88@gmail.com
Docente, Direito, CCSA, UVA; E-mail: betaneamoraes@gmail.com
Pedagogia, UVA, Sobral/CE; E-mail matheusalves.lima674@gmail.com
Orientador, Direito, UVA; E-mail: emanuelle_ferreira@uvanet.br

RESUMO

Este trabalho abordará uma intervenção proposta pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), cuja função é coordenar e executar ações diversas com foco na administração, desenvolvimento e qualidade de vida dos agentes públicos. O objetivo geral deste resumo é apresentar uma experiência sobre normas e legislação no campo do serviço público. A metodologia utilizada foi baseada em uma roda de conversa, com objetos geradores. Como público-participante, contamos com uma média de 30 participantes, agentes públicos da universidade supracitada. Os dados foram registrados em anotações e diários de campo e discutidos com base na análise de conteúdo. O desenvolvimento da ação iniciou com a apresentação dos participantes, o cargo e função que cada um exercia na universidade. Ao centro da roda dispomos palavras geradoras em torno do tema, tais como: servidor público; direitos; deveres. Iniciamos as discussões sobre o sentido da palavra servidor público, e como cada um se reconhecia nesse lugar. Tivemos alguns posicionamentos que contrapuseram a ideia de servidor público, funcionário e agente público, apresentando diferentes perspectivas. Com base nisso, foi aprofundamos a concepção de ser e estar no serviço público, com base em leis e normas. Seguimos apresentando direitos e deveres, ao passo que foi pedido para cada um identificar o que seria direito e o que seria dever. Foram pontuadas as diferenças entre o servidor que ingressa via concurso público e os que atuam via empresas terceirizadas. Identificou-se discursos atravessados por concepções do senso comum que hierarquizam esses trabalhadores e produzem valores sociais diferenciados, colocando o servidor que ingressa via concurso em um patamar mais elevado, em detrimento do trabalhador terceirizado. Além disso foi destacado a questão da segurança em se manter no trabalho, garantido pelas leis, e que em muito repercute no modo de se relacionarem cotidianamente com as obrigações e uns com os outros. Percebemos que a vulnerabilidade de perder o emprego pode favorecer uma ideologia de submissão e resignação desse trabalhador. Ao final, reafirmamos nosso compromisso com as pessoas, com aquelas a quem servimos e com a universidade. É indubitável que, enquanto gestores de pessoas, precisamos contribuir com o fazer de nossos agentes públicos, através da conscientização dos seus direitos e deveres, promover o fortalecimento de suas identidades, bem como do sentimento de pertence ao ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Servidor público; Direitos; Deveres; Gestão de Pessoas.